



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretaria de Estado de Educação

RELATÓRIO DE REUNIÃO

n.º 05/2020

Página 1 de 1

Assunto: Pauta – Propostas anteriormente encaminhadas pelo Sindicato**Coordenador da reunião:** Edelves Luna Rosa**Local:** Videoconferência**Data:** 16/06/2020**Início:** 14 h**Término:** 16h e 30 min

Participantes	Órgão/unidade
Carmem Teixeira	Sindespe
Gláucia Gomes Souza	Sindespe
Dilma Sather Rocha	Sindespe
Bruno Reis Figueiredo	Sindespe
Leonardo Spencer	Sindespe
Ivarleno Telles	Sindespe
Feliciano Alves do Vale Saldanha	Sind-UTE
Joeliza Vieira Gama	Sind-UTE
Marilda de Abreu Arau	Sind-UTE
Saulo de Carmo Pompermaya	Sind-UTE
Denise Romano	Sind-UTE
Helga Beatriz Gonçalves de Almeida	Assessoria-Chefe de Relações Sindicais /SEPLAG
Edelves Luna	Secretário Adjunto de Educação / SEE
Geniana Guimarães Faria	Subsecretária de Educação Básica / SEE
Renata Leles	Subsecretária de Administração/SSE
Ana Costa Rego	Subsecretária de Gestão de Pessoas/ SEE
Gerson Pedrosa	Procurador Assessor Chefe da Assessoria Jurídica/SEE
Valmir Peixoto	Advocacia Geral do Estado
Bernardo Miranda	Assessor Chefe de Relações Institucionais / SEE

O Secretário Adjunto, Sr. Edelves Rosa Luna, coordena e inicia a reunião agradecendo a presença de todos.

Sr Edelves destacou a pauta apresentada previamente e informou que a apresentação dos pontos ficará sob responsabilidade dos representantes sindicais. Destacou em seguida que os pontos não atendidos nessa reunião poderão ser tema de outro encontro.

Sr. Denise Romano, coordenadora-geral do Sind-UTE cumprimentou os presentes e iniciou seus apontamentos. Ressaltou a importância de estabelecer um cronograma de reuniões para discussões dos temas da categoria, principalmente diante do contexto de teletrabalho. Destacou como pontos o lançamento de faltas injustificadas nos contracheques dos profissionais da educação do período de 13 a 29 de maio de 2020, a situação de indício de desrepeito da condição de excepcionalidade da convocação presencial de ASBs e ATBS e o estabelecimento de um cronograma de retomada das reuniões periódicas.

Sr.Denise destacou a necessidade de criação de uma disciplina para criar as convocações extraordinárias de servidores para atuarem presencialmente. Ele destacou um caso de Teófilo Otoni, onde haveria ocorrido uma contaminação por Covid-19 em que a servidora teve contato com outros 20 funcionários da escola. Reforçou que não está sendo praticada a convocação extraordinária, com ASBs e ATBs sendo convocados para trabalhar quase que todos os dias da semana. A Sr. Denise fez a proposta de uma convocação limitada a apenas um dia por semana.

Sr. Joeliza informou que a exposição dos servidores neste momento de pandemia deve ser a mínima. Ela destacou que todos os ASBs estão expostos porque precisam trabalhar presencialmente, em função da natureza do trabalho. Disse que sabe que a secretaria determinou a escala mínima, mas que há casos em que esse trabalho se transformou em ordinário, com ASBs realizando trabalhos por até quatro dias da semana. Destacou a situação da pandemia no interior que tem números crescentes de contaminação e que, por isso, é importante expor ao mínimo os servidores.

Sra Carmen Teixeira, presidente do Sindespe, informou que corrobora a fala da Denise Romano sobre as duas questões apresentadas. Gostaria de acrescentar a situação do especialista. Ela destacou que há uma sobrecarga nas atividades dos especialistas, principalmente com o preenchimento do Anexo I. Reclamou ainda da falta de equipamentos para professores e especialistas para realização do teletrabalho.

Sr. Ivarleno Telles destacou que a audiência realizada no TJMG, no dia 9 de junho, surgiu de um pedido do Sindespe e destacou que o Sindicato está à disposição para manter o a continuidade de reuniões periódicas. Em seguida o Sr Ivarleno reforçou a situação de sobrecarga dos professores e especialistas. Exemplificou que um Especialista pode ficar responsável pelo preenchimento do formulário do Anexo I de até 500 alunos.

Sra. Dilma, diretora do Sindespe, destacou a necessidade do acesso do Especialista ao aplicativo Conexão Escola. Destacou que o Especialista é um dos profissionais empenhados em fazer o teletrabalho dar certo. Destacou que não há clareza sobre um possível retorno presencial e afirmou que para além da sobrecarga, é preciso pensar nas condições de trabalho.

Sra Ana Costa, subsecretária de Gestão de Recursos Humanos retornou sobre o pedido de revisão da comunicação encaminhada em referência as faltas injustificadas. Ela destacou que é possível rever as faltas injustificadas aplicadas sobre o período de 13 a 29 de maio, desde que haja a reposição em um período que será determinado após o retorno das atividades presencias.

Sra Helga Beatriz, Assessora Chefe de Relações Sindicais da Seplag, afirmou que pela Seplag não há nenhum impedimento de fazer essa reposição, desde que haja uma orientação de como será feita essa compensação para garantir esse compromisso de ambas as partes.

Sra. Ana afirmou que irá concluir os trâmites necessários para viabilizar a mudança do código de falta injustificada para compensação de carga horária. E afirmou que o mesmo código já existente de composição será utilizado.

Sra. Denise perguntou sobre o código 39 para os designados e prazo limite de reposição para designação que determina que essa reposição seja feita até o fim do ano, quando vencem os contratos. Ela ponderou também que os dez dias não são uma ilha no universo dos demais dias de reposição dos dias parados.

Sra. Ana Costa destacou que esse assunto este dentro das discussões da Secretaria de Estado de Educação. Ela firmou que busca uma solução jurídica para que não haja prejuízos em função da impossibilidade de reposição dentro da vigência do contrato.

Sr Edelves destacou que sobre a primeira demanda há um entendimento pacificado, há um acordo de que não haverá o lançamento das faltas injustificadas, entre os dias 13 a 29 maio, mediante reposição e reforçou o pedido para os representantes sindicais informarem a categoria sobre a necessidade da reposição dessa carga horária.

Passado ao ponto sobre as convocações extraordinárias de ASBs e ATBs, o Sr Edelves destacou que é essencial a preservação da segurança sanitária dos servidores, mas que é preciso tomar cuidado ao analisar a situação sobre as especificidades de uma determinada escola que pode ser uma situação de contexto diferente do que ocorre de forma geral.

O Sr Igor Alvarenga, subsecretário de Articulação Educacional, destacou que há o tratamento específico de cada caso quando há a identificação de qualquer adequação necessária para evitar alguma situação que fuja da convocação extraordinária. Destacou ainda o cuidado com relação à aquisição de EPIs

A Sr. Denise afirmou que não são questões pontuais. Afirmou que as orientações foram realizadas pela Secretaria de Estado de Educação, mas que essas orientações não estão sendo seguidas. Destacou a necessidade de criar um parâmetro de acordo com o número de contaminados de cada região, porque há relatos de várias convocações que não se enquadrariam em convocações extraordinárias.

Sra. Joeliza destacou mais uma vez a necessidade de padronização na interpretação das orientações realizadas pela Secretaria de Estado de Educação e reforçou o pedido de que houvesse uma análise das situações epidemiológicas da região para criar regras de convocação.

Sr Edelves destacou que esse atrelamento entre a convocação extraordinária e a situação epidemiológica criaria uma nova flexibilização nessa interpretação pelos gestores escolares. Destacou ainda que haveria uma necessidade de o gestor escolar fazer esse cruzamento para estabelecer critérios, o que seria uma nova dificuldade de viabilizar esse atrelamento.

Sr. Feliciano destacou que é razoável criar a convocação mínima de um dia por semana no caso dos ASBs, diante do fechamento das escolas que não estão recebendo alunos. Acredita que seria possível criar essa regra de atrelamento da evolução epidemiológica às convocações extraordinárias, diante da divulgação diária de boletins epidemiológicos.

Sr Leonardo Spencer destacou que seria possível criar um índice epidemiológico máximo que se ultrapassado inviabilizaria a convocação extraordinária.

Sr Valmir Peixoto, Procurador do Estado, destacou que o melhor mediador é aquele que não é necessário e destacou que o diálogo entre as partes está sendo proveitoso e respeitoso, com as partes atentas para escuta de cada posicionamento.

Sra. Denise destacou que pode haver um descompasso entre a recomposição de aula presencial e a necessidade de recomposição de ASBs podendo criar um vácuo da presença de ASB quando a escola estiver em atividade.

Sr Edelves informou que nesses casos, com toda certeza, o Estado fará a designação necessária para evitar que a Escola fique desassistida.

Sra. Ana Costa e o Sr Igor destacaram que farão uma nova orientação sobre a convocação extraordinária para reforçar o posicionamento junto às SREs. Destacaram também que os gestores escolares são quem conhecem melhor a realidade de sua comunidade escolar e que é preciso, dentro das orientações do órgão central, ter essa autonomia.

Sra Geniana Faria, subsecretária de desenvolvimento de Educação Básica destacou que pode haver uma nova orientação para esclarecer melhor sobre de quem é a responsabilidade do preenchimento do Anexo I, para que não haja essa sobrecarga dos especialistas. Ela destacou também que os especialistas também terão acesso ao aplicativo Conexão Escola.

O Sr Edelves destacou que a orientação reforço para rede sobre a convocação extraordinária de ASBs e ATBs será realizada até a próxima quinta-feira, dia 18 de junho de 2020, às 12h.

A Sra Denise destacou que o texto da orientação sobre o anexo I deve ser feito de forma cuidadosa para não resolver o problema de uma categoria sobrecarregando servidores de outra categoria.

O Sr Edelves destacou que não recebeu o documento com sugestões do SindUTE sobre a normatização do que seria a convocação ordinária ou extraordinária.

A Sra. Denise destacou que a contribuição do Sindicato surge no sentido de a convocação ser limitada a um dia de trabalho por semana.

Sr Saulo reafirmou que o compromisso foi cumprido uma vez que o Ofício 080/2020, na última frase do item 2, esclarece a sugestão de limitação da escala do ASB a um dia por semana.

Sr Edelves passou ao último ponto da pauta, que versa sobre o cronograma de retomada de reuniões. Ele afirmou que as retomadas de reuniões é um interesse da Secretaria de Estado de Educação e ponderou que o início desse cronograma só não ocorreu anteriormente em função da audiência de conciliação mediada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no último de 9 de junho de 2020. Ele então pediu sugestão de datas para as próximas reuniões.

Ficou firmada então a data de 30 de junho de 2020, às 14h para reunião com o Sind-UTE e 02 de julho de 2020 a reunião com o Sindespe.

Sr Edelves encerrou a reunião